

ARTIGO LIVRE

QUANDO OS EXUS ENTRAM NO HOSPITAL: soberania espiritual e disputas ontológicas em contextos afro-brasileiros de saúde

*Javier Rodríguez Mir**
*Frank Marcon***

Resumo

Este artigo analisa, a partir de um estudo de caso na comunidade quilombola Mussuca (Sergipe), como a experiência de uma líder espiritual desafia a lógica biomédica e a gestão da necropolítica da saúde. O artigo examina, com base em entrevistas em profundidade e observação participante, as formas como os saberes de matriz africana, entidades espirituais e práticas rituais intervêm na vivência das doenças, na hospitalização e nos cuidados. O caso mostra que a saúde, no contexto das comunidades quilombolas, não pode ser compreendida apenas em termos biomédicos, uma vez que envolve disputas ontológicas, políticas e espirituais que redefinem a agência, a proteção e a sobrevivência. Conclui-se que o terreiro e o hospital surgem como ontologias de confronto, negociação e produção de autoridade sobre a vida.

Palavras-chaves: necropolítica; antropologia da saúde; quilombo; agência não humana; mussuca.

* Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Facultad de Filosofía y Letras. Departamento de Antropología Social y Pensamiento Filosófico Español. Madrid, Espanha. Atualmente professor visitante na Universidade Federal de Sergipe. Programa de PósGraduação em Antropologia (PPGA). Sergipe, Brasil. E-mail: rodriguezmir@yahoo.es Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3834-9510> CrediT: Conceitualização, Metodologia, Escrita do Rascunho Original, Escrita, Revisão e Edição. Investigação.

** Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). Sergipe, Brasil. E-mail: frank@academico.ufs.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2195-6701> CrediT: Supervisão, Conceituação, Investigação, Escrita - Revisão e Edição

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a tensão entre a gestão estatal da saúde e as formas de soberania ontológica presentes na comunidade quilombola da Mussuca (Sergipe). O estudo etnográfico tem como objetivo investigar como um regime de autoridade espiritual e a agência não-humana operam como mecanismos ontológicos de insurgência diante da precariedade do acesso ao sistema de saúde público. Por meio do relato de uma líder espiritual umbandista (Aiuma) em um ambiente hospitalar, propomos analisar o âmbito da saúde como um campo de disputas cosmopolíticas percebido e experienciado pelos interlocutores.

Os saberes do terreiro garantem a sobrevivência física e conferem um sentido espiritual aos processos de adoecimento, que a biomedicina costuma omitir. Em contextos em que o Estado exerce uma soberania de abandono, na Mussuca emergem formas de soberania e de resistências coletivas, fundamentadas em práticas locais que envolvem o diálogo com entidades espirituais. Propomos analisar como a irrupção de agências não-humanas (exus e orixás) reconfigura simbolicamente a hierarquia do hospital e faz com que o paciente deixe de ser um objeto biopolítico e se transforme em um sujeito detentor de um saber soberano¹.

O objetivo central é analisar uma dupla virada ontológica. Uma, a partir das ciências sociais, onde nos afastamos das interpretações reducionistas biomédicas para alcançar análises mais holísticas. O outro nível, pessoal e etnográfico, no qual o paciente deixa de ser objeto para se tornar um sujeito empoderado. No caso analisado, a reviravolta ontológica é mobilizada como explicação da manutenção de sua integridade física, mas institui uma autoridade epistemológica que obriga a biomedicina a reconhecer seus próprios limites diante da presença do invisível.

Para compreender essa disputa de autoridade, é preciso situar o hospital como um dispositivo de poder, no qual a análise das desigualdades em saúde exige um marco analítico que interprete as dinâmicas ontológicas envolvidas. Parafraseando Stengers (2018), não precisamos de uma definição objetiva de um vírus, mas das práticas que nos fizeram envolver-nos de múltiplas maneiras com esse vírus. Nesse sentido, as ciências sociais deveriam realizar uma leitura crítica orientada para a interação entre os campos simbólico e político. Seguindo Fassin (2021), entendemos a saúde como uma construção individual e social de agentes dinâmicos que se envolvem em controvérsias, conflitos, alianças e estratégias, tal como ocorre no estudo de caso que analisaremos mais adiante.

A antropologia médica crítica, entendida como uma análise da medicina colonial e pós-colonial (Fassin, 2004), encontra um interlocutor fundamental nos conceitos de biopolítica e necropolítica. O sistema biomédico constitui um âmbito privilegiado para delimitar as pessoas que detêm o poder das que não o detêm. Assim, o hospital se torna um espaço de normatização, no qual o poder se expressa por meio da gestão dos processos biológicos, da medicalização do corpo e da vigilância epidemiológica (Foucault, 1996). No entanto, encontramos aspectos mais precários nas comunidades quilombolas do Nordeste brasileiro. Aqui, as políticas públicas estatais nem sempre se traduzem em um investimento na vida das pessoas, mas em uma exposição seletiva à morte.

¹ Convém explicitar, desde o início, o sentido em que mobilizamos aqui a noção de soberania. Não se trata de soberania territorial ou jurídico-estatal, mas de uma soberania espiritual e ontológica, entendida como a capacidade situada de produzir proteção, autoridade e eficácia sobre a vida em contextos de vulnerabilização e abandono institucional. É nesse sentido que o terreiro aparece, no artigo, não apenas como espaço religioso, mas como instância de elaboração de cuidado, interpretação da doença e sustentação da existência.

Estamos diante da necropolítica, entendida como a soberania que reside no poder e na capacidade de decidir quem pode viver ou morrer (Mbembe, 2011).

A partir do Estado, induz-se um racismo no qual os próprios cidadãos exercem, interiorizam e normalizam essas práticas (Foucault, 1996). Mbembe postula a existência de mecanismos de gestão e de produção da morte com base no biopoder, na biopolítica, no racismo de Estado, no estado de exceção e na violência colonial (Benicio *et al.*, 2018). Ou seja, estamos diante de uma gestão política da morte que surge como um conceito-chave para interpretar os processos políticos no Brasil. Essa ferramenta conceitual é inestimável para aplicação em outros contextos latino-americanos (Cavagnoli *et al.*, 2021; Cazeiro *et al.*, 2021). O abandono, a falta de recursos, a desumanização de pacientes afrodescendentes, etc., sugerem que constituem expressões de um poder estatal que determina quais corpos são sacrificáveis ou não.

O desenvolvimento de novas tecnologias médicas e das políticas públicas de saúde evidencia que o acesso aos serviços de saúde permanece condicionado por desigualdades raciais, socioeconômicas e territoriais. No contexto brasileiro, o racismo estrutural e o abandono institucional afetam desproporcionalmente a população negra, refletindo-se em piores condições de saúde (Camelo *et al.*, 2022; Rebouças *et al.*, 2022; Romero *et al.*, 2019), acesso desigual aos serviços (Constante *et al.*, 2021), maiores riscos materno-infantis e obstétricos (Ferreira *et al.*, 2022; Lessa *et al.*, 2022; Rebouças *et al.*, 2022) e maior incidência de doenças infecciosas (Bento, 2022b; Cavagnoli *et al.*, 2021; Costa *et al.*, 2020; Oliveira *et al.*, 2020; Prado e Justo, 2021; Santos *et al.*, 2020), contribuindo para maiores índices de mortalidade nessa população.

A essas injustiças da supremacia branca no Brasil soma-se o racismo estrutural exercido contra as comunidades afrodescendentes em outros âmbitos. Algumas formas de violência estrutural residem nas prisões (Bento, 2022a; Rebouças *et al.*, 2022; Ribeiro, 2019; Ribeiro, 2020), especialmente as de grande escala (Barros *et al.*, 2021; Benicio *et al.*, 2018), na violência doméstica e sexual (Constante *et al.*, 2021; Pereira e Gaspar, 2021), no empobrecimento (Constante *et al.*, 2021; Hirsch *et al.*, 2021; Lessa *et al.*, 2022), na desigualdade do acesso à escolarização (Marcon e Sogbossi, 2007; Marcon e Passos Sobrinho, 2010; Neves e Barreto, 2023) e na falta de oportunidades (Amaral, 2022; Bento, 2022a; Gillam e Charles, 2019; Hirsch *et al.*, 2021), que afetam muito mais a população negra.

Essa discriminação racial também atua na alocação de postos de trabalho e nas desigualdades fundiárias atravessadas por conflitos em áreas rurais e urbanas (Marcon, 2016; Martins *et al.*, 2024; Oliveira, 2016), mergulhando as populações não brancas na pobreza (López, 2013; Ribeiro, 2019). É precisamente na Mussuca que essas dinâmicas de exclusão e racismo institucional se entrelaçam com histórias de resistência, transformando a comunidade em um contexto privilegiado para analisarmos estratégias ontológicas insurgentes.

A condição quilombola da Mussuca não constitui, neste artigo, um dado meramente contextual ou identitário, mas um elemento analiticamente decisivo. É nesse território historicamente marcado pela expropriação, pela desigualdade no acesso às políticas públicas e por formas persistentes de racismo institucional que a experiência de Aiuma se torna inteligível. Em outras palavras, o caso analisado não diz respeito apenas a uma líder umbandista em situação hospitalar, mas a uma mulher situada em uma comunidade quilombola cuja trajetória é atravessada por desigualdades territoriais, raciais, institucionais e espirituais. Por isso, o pertencimento quilombola não funciona aqui como atributo descritivo, e sim como dimensão constitutiva das formas locais de sofrimento, cuidado e resistência.

Analiticamente, o artigo avança em três movimentos articulados. Primeiro, discute-se como o consentimento informado e a trajetória corporal de Aiuma evidenciam a inadequação de modelos biomédicos e éticos baseados em individualismo metodológico. Em seguida, examina-se de que modo a hospitalização se converte em arena de disputa ontológica, na qual exus, orixás e agentes biomédicos configuram regimes concorrentes de cuidado e de autoridade. Por fim, argumenta-se que a experiência narrada permite compreender o hospital, em contextos de racismo estrutural e precariedade institucional, como espaço simultâneo de abandono estatal e contracolonização espiritual.

MUSSUCA: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA E CARTOGRAFIAS DE INSURGÊNCIAS

As comunidades quilombolas enfrentam, desde sempre, barreiras históricas no acesso aos direitos básicos, o que está fartamente documentado pela literatura antropológica, relatórios e documentos históricos. A Mussuca é marcada por uma profunda herança histórica comunitária, cultural e espiritual, e configura-se como um cenário etnográfico privilegiado no qual convergem processos de abertura política, pluralidade religiosa e formas da vida cotidiana. A sobreposição de memórias históricas, as transformações territoriais e as práticas sociais em constante negociação tornam a comunidade um espaço particularmente fértil, em que se observam articulações entre identidade, poder e território.

A Mussuca está localizada no município de Laranjeiras, a 20 quilômetros do centro da cidade, e aproximadamente a 35 quilômetros de Aracaju, capital do estado de Sergipe, contando com aproximadamente 880 famílias, totalizando uma população de 2.903 pessoas (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2026).²

Figura 1. Mapa com as localizações de Laranjeiras, Mussuca e Cedro.



Fonte: Elaboração própria com base no Google Earth.

² A Mussuca obteve sua certificação de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), no ano de 2006. (Bomfim, 2014). Nem todas as comunidades de descendência africana no Brasil são reconhecidas como comunidades quilombolas, pois para isto é necessário passar por um processo de autorreconhecimento da comunidade e a partir daí registrar solicitação de reconhecimento do Estado, que ao final é chancelado pela FCP. É importante que obter a certificação promove o reconhecimento público e a garantia de direitos. Esse reconhecimento é importante para que as comunidades possam lutar por direitos territoriais e pelo acesso às políticas públicas dirigidas aos quilombolas (Rodríguez Mir, 2022).

As origens das comunidades quilombolas estão ligadas à implantação do sistema escravista, ao racismo e às suas consequências, que perduraram no Brasil mesmo após a Abolição da Escravatura, em 1888. Como já argumentamos em trabalhos anteriores (Rodríguez Mir, 2022), as comunidades quilombolas se constituíram historicamente como comunidades de resistência à escravidão e ao racismo. Sobrevivem por meio de suas memórias e tradições, transmitidas por histórias orais e por expressões culturais como danças, artesanato, procissões, etc. Essas comunidades, forjadas pela história, impulsionam a consolidação de identidades contemporâneas quilombolas, que enfrentam novos desafios, assim como fizeram no passado, embora hoje reconhecidas como comunidades de direito singular pela Constituição Federativa do Brasil, de 1988.

Os quilombos históricos acolheram pessoas marginalizadas da sociedade colonial, independentemente de sua origem ou cor, configurando-se como comunidades que subvertiam a hierarquia racial escravocrata. Por isso, encarnaram uma convivência plural, muito distinta do mito da “democracia racial”, idealizado pelo Estado brasileiro, e que nunca se concretizou de fato (Moura, 2020). Atualmente, essa vocação inclusiva se projeta nas novas identidades quilombolas surgidas de processos de autoidentificação, reorganização política e reconhecimento estatal. Os quilombos atuais combinam memória histórica, reivindicação territorial e dispositivos culturais que fortalecem identidades plurais. Nesses processos, os quilombolas se constituem como uma construção viva que negocia pertencas, direitos e formas de resistência diante do racismo estrutural no Brasil.

Essa abertura à pluralidade também se reflete no âmbito religioso. Embora as práticas sagradas e religiões de origem africana tenham estado presentes desde a formação dos quilombos. Hoje, em muitos deles, coexistem diversas expressões espirituais: catolicismo popular, igrejas evangélicas, práticas híbridas, entre outras. Mais do que a adesão a um único sistema espiritual, o que caracteriza essas comunidades é uma abertura religiosa em que a identidade não exige homogeneidade de crenças, mas múltiplas formas de compreender o sagrado e o território. Os quilombos se configuram como territórios de diversidade social, política, cultural e religiosa. Essa flexibilidade contribui para a continuidade dos quilombos como espaços de resistência cultural e de negociação identitária.

O trabalho de campo³ realizado na Mussuca permitiu observar como as configurações materiais, ambientais e sociopolíticas produzem um espaço social caracterizado por continuidades históricas e por processos de transformações contemporâneas. Atualmente, a comunidade se organiza por meio de uma extensa rede de ruas, residências familiares e pontos de sociabilidade cotidiana (bares, espaços domésticos, igrejas, postos de saúde) que constituem pontos centrais na reprodução dos laços locais.

A Mussuca se revela como um tecido complexo de agentes, identidades e práticas que ultrapassa qualquer expectativa de homogeneidade. Embora em aproximações iniciais a comunidade pudesse ser percebida como um coletivo coeso e relativamente uniforme, o trabalho de campo prolon-

³ O trabalho de campo no Quilombo da Mussuca foi realizado ao longo de 2022, no âmbito de uma estadia de pesquisa desenvolvida entre março de 2022 e março de 2023 na Universidade Federal de Sergipe (UFS, Brasil), financiada pelas *Ayudas para la Recualificación del Sistema Universitario Español 2021-2023* da *Universidad Autónoma de Madrid*, com recursos da União Europeia. Uma segunda etapa da pesquisa teve início em janeiro de 2026 e permanece em curso, sendo financiada pela bolsa concedida no âmbito do Edital PRAPG/CAPEs nº 14/2023, processo SCBA 88887.946427/2024-00, para atuação como Professor Visitante na Universidade Federal de Sergipe (UFS) durante o ano de 2026, no contexto das ações de consolidação e internacionalização do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFS). Registramos nosso profundo agradecimento à *Universidad Autónoma de Madrid*, à Universidade Federal de Sergipe, à CAPEs e à União Europeia pelo apoio institucional e financeiro concedido, sem o qual esta pesquisa seria possível.

gado evidenciou uma diferenciação significativa entre as comunidades quilombolas da Mussuca e o Cedro, dois povoados adjacentes cujos limites geográficos não se encontram formalmente demarcados. A essa sobreposição soma-se uma divisão interna entre Mussuca de cima, Mussuca do meio e Mussuca de baixo, sugerindo, pelas entrevistas, a possibilidade de que as diferenças podem estar associadas a aspectos socioeconômicos.

Essas configurações estruturam formas de pertencimento identitário, mediações cotidianas e tensões políticas. Nesse entramado, participam lideranças comunitárias, agentes de saúde, praticantes de religiões de matrizes africanas, coletivos evangélicos, pescadores, jovens e idosos, cujos posicionamentos produzem uma comunidade internamente diferenciada e em constante negociação de suas fronteiras materiais e simbólicas.

O tempo social na Mussuca assume uma forma sensorial e performativa. Os rituais festivos, as igrejas, os bares e os encontros configuram-se entre situações cotidianas e extraordinárias. A esses ritmos sobrepõem-se tensões como conflitos socioambientais, conflitos fundiários, disputas em torno da representação política e intervenções estatais vinculadas a obras públicas, entre outros. Em conjunto, esses elementos inscrevem a Mussuca como um espaço vivo produzindo formas específicas de pertencimento, identidade e agência coletiva.

METODOLOGIA: ETNOGRAFIA SITUADA NUM CAMPO ONTOLÓGICO PLURAL

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter etnográfico, sustentada em uma imersão territorial prolongada ao longo de cinco anos e na triangulação entre bibliografia, pesquisas e trabalhos de campo prévios, bem como nos saberes afro-ontológicos presentes na Mussuca. Embora parte da bibliografia mobilizada provenha de campos interdisciplinares da saúde coletiva e da psicologia social, seu emprego no presente artigo é subordinado a uma problematização centralmente ancorada na antropologia da saúde. A investigação⁴ foi desenvolvida em um contexto no qual as agências espirituais, a vida comunitária e as políticas de resistência conformam um horizonte epistemológico compartilhado, não sendo tratadas como crenças, mas como um modo legítimo de existência.

Os dados articulam-se a partir de um estudo de caso centrado na experiência de Aiuma, líder espiritual que, a partir de suas experiências e narrativa, reconfigura o hospital como um espaço de disputa cosmopolítica. A entrevista analisada neste artigo não constitui um evento isolado, mas integra um processo etnográfico mais amplo desenvolvido ao longo de sucessivas estadias de campo na comunidade quilombola de Mussuca. Assim, trata-se de um estudo etnográfico estratégico que sintetiza as relações mais amplas entre saúde, racismo, espiritualidade e soberania, condensando etnograficamente as tensões mais amplas vividas na comunidade. A interpretação do relato de Aiuma foi construída a partir da convivência prolongada, da observação participante em contextos rituais e cotidianos e de múltiplas conversas realizadas ao longo da pesquisa.

O corpus de dados foi produzido por meio de entrevistas em profundidade realizadas em 2026 e de observação participante em contextos rituais, no espaço doméstico, na circulação comunitária,

⁴ A observação etnográfica e as entrevistas foram realizadas pelo primeiro autor durante suas diferentes incursões ao campo, nos últimos cinco anos. A partir daí, surgiu o argumento deste artigo e a escrita de uma primeira versão. A versão final foi construída por meio do diálogo e da colaboração com o segundo autor e da sua participação com ponderações e acréscimos de outros dados bibliográficos, análises adjacentes e revisões pontuais.

em interações com agentes locais de saúde, etc. O trabalho de campo exigiu adaptação aos ritmos da comunidade, marcados pela circulação de pessoas e veículos, pelas obrigações familiares e pela autoridade ritual da interlocutora. Esse processo demandou uma reflexividade situada e uma abertura metodológica, capaz de transitar entre tensões ontológicas e o reconhecimento de agências não humanas.

Procedeu-se a uma análise crítica do discurso sensível ao pluralismo ontológico. Partimos da hipótese de que habitamos um pluriverso que exige um enquadramento analítico capaz de reconhecer a presença de múltiplos agentes não humanos. A proposta que apresentamos baseia-se em uma abordagem etnográfica que busca aprender com os interlocutores (Aiuma e suas entidades) sobre o funcionamento da saúde e do poder. Seguindo Goldman (2006, 2016), assumimos um “não saber transcendental” que toma a alteridade a sério e entende a teoria antropológica como uma elaboração conceitual produzida no próprio encontro etnográfico.

Segundo Blaser (2018), interpretamos os conflitos como tensões ontológicas entre mundos coexistentes. Consequentemente, as narrativas sobre exus, orixás e práticas de proteção foram tratadas como elementos constitutivos de um mundo em ação, com efeitos concretos sobre a saúde e as relações sociais. Essa abordagem metodológica insere-se nos debates contemporâneos da antropologia que reconhecem a legitimidade epistêmica das cosmologias afro, evitando reduzi-las a explicações simbólicas subordinadas à racionalidade biomédica.

Após a leitura e explicação detalhada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que previa a participação em entrevistas, a utilização de relatos de vida, o registro de voz e imagem para fins científicos e a autorização para o uso do nome real da participante, iniciou-se o processo de assinatura do documento. Longe de constituir um ato meramente administrativo, esse momento foi atravessado por uma série de negociações que envolveram diferentes agentes e concepções de autoridade. Como será discutido a seguir, a deliberação acerca do consentimento extrapolou o âmbito humano, reconfigurando-se como um verdadeiro pacto cosmopolítico.

O processo de consentimento informado nesta pesquisa traspassou seu caráter meramente procedimental, constituindo-se como um espaço de disputa pela soberania ontológica. A partir de uma perspectiva decolonial orientada ao reconhecimento de agências subalternizadas, Aiuma foi reiteradamente consultada acerca da pertinência do uso de seu nome real; sua resposta, sempre afirmativa, operou como um gesto de afirmação de visibilidade e autoridade frente às lógicas de anonimização próprias de certos regimes de produção acadêmica, frequentemente inscritos em dinâmicas extrativistas.

Após a entrega do consentimento informado e a explicação detalhada de suas implicações, o momento da assinatura foi atravessado por uma atmosfera de tensão que culminou em um acontecimento etnográfico disruptivo: a irrupção de Tranca Rua no instante da rubrica. A incorporação dessa entidade, que se manifestou através do corpo de Aiuma para deliberar e, finalmente, autorizar o registro, reconfigura o consentimento como um pacto cosmopolítico. Nesse sentido, a autorização não emana exclusivamente da vontade individual do interlocutor, mas se produz em uma trama relacional mais ampla, na qual instâncias não humanas participam ativamente da validação do acesso do pesquisador a um território ontologicamente denso.

A manifestação de Tranca Rua, exu que rege o terreiro, que passou a intervir verbalmente, se dera questionando os possíveis benefícios econômicos decorrentes da publicação. Essa recusa pode ser interpretada como um questionamento às lógicas de poder sobre o conhecimento que histori-

camente atravessam a relação entre a academia e comunidades subalternizadas. A cena explicita uma crítica situada ao extrativismo epistemológico, na qual a entidade assume um papel ativo como instância reguladora dos limites do que pode ser dito, registrado e colocado em circulação.

Com base em Goldman (2016), entendemos que a manifestação de Tranca Rua não é um fenômeno psicológico ou uma crença, mas sim uma agência real que participa da trama relacional da pesquisa. Ao transformar-se em “cavalo”⁵ de um Exu, Aiuma encarna uma forma de coexistência entre consciência humana e entidade espiritual (Silva, 2005), o que permite reconhecer a manifestação de Tranca Rua como um ato de validade ontológica própria e compreender o consentimento como uma prática de soberania relacional.

Após um processo de negociação, no qual se explicitou o caráter acadêmico do trabalho, bem como se ponderou sobre as possibilidades de tornar visível o poder de Aiuma, a entidade autorizou a assinatura, realizada de forma lenta e com evidente dificuldade. A entrevista, contudo, prosseguiu sob a enunciação de Tranca Rua, que se referia a Aiuma em terceira pessoa, identificando-a como seu “cavalo”. Esse deslocamento problematiza o estatuto do sujeito etnográfico, evidenciando que o consentimento e a produção do discurso não se inscrevem em uma lógica individualista, mas em uma configuração relacional na qual intervêm agências não humanas.

Esse episódio também evidencia as tensões éticas envolvidas na produção do consentimento em contextos de pluralismo ontológico. Esta cena etnográfica permite observar como a soberania ontológica desloca o consentimento de um ato individual para uma negociação relacional entre humanos e não humanos. O consentimento informado, tal como formulado nos marcos ocidentais, mostra-se profundamente inadequado em contextos nos quais soberanias, legitimidades e regimes de circulação do saber são negociados com entidades não humanas. Trata-se de um processo no qual tais agências participam, interrompem, condicionam e autorizam (ou recusam) a produção etnográfica, excedendo os marcos éticos convencionais e exigindo sua revisão crítica.

O corpo biomédico como corpo político

A insurgência, segundo a interlocutora, evidencia seu corpo como um território político no qual se entrecruzam tensões históricas, saberes ancestrais e políticas públicas estatais. Estudos como os de Almeida *et al.* (2019) demonstram como as populações quilombolas enfrentam infraestruturas precárias, elevadas taxas de parasitoses intestinais, síndrome metabólica e hipertensão. Santos *et al.* (2019) indicam que a prevalência de hipertensão arterial entre populações quilombolas em Sergipe é elevada e se associa a fatores de risco cardiovascular, evidenciando a necessidade de ampliar o acesso aos serviços de saúde. Tais condições devem ser interpretadas como manifestações de um persistente abandono estrutural, resultante de um sistema que restringe a soberania alimentar, deteriora os ambientes e limita o acesso à assistência em saúde.

O corpo de Aiuma inscreve-se em sua condição de mulher negra, com diabetes e doença cardíaca, que culminaram em um infarto recente, com internações hospitalares e uma complexa cirurgia cardíaca. Antes de ser reduzida, pelo olhar biomédico, à condição de paciente cardíaca de alto risco, Aiuma aparece no campo como uma figura de autoridade religiosa e social. Mulher negra, moradora

⁵ A expressão designa o suporte corporal por meio do qual a entidade se incorpora e atua, não implicando subordinação passiva, mas uma relação ontológica específica entre humano e entidade espiritual, amplamente reconhecida nos sistemas rituais de matriz afro-brasileira.

da Mussuca e reconhecida localmente por sua atuação ritual, ela ocupa uma posição de referência para pessoas que a procuram em busca de aconselhamento, proteção e cuidado espiritual.

Sua trajetória não se esgota, portanto, no episódio da internação: o que está em jogo no hospital é justamente a entrada de um corpo já investido de relações, responsabilidades, vínculos e saberes em um espaço que tende a dessituar a pessoa e a convertê-la em caso clínico. Reposicionar Aiuma no texto como sujeito de fala, e não apenas como portadora de agravos, é fundamental para compreender a força da experiência narrada e a densidade do mundo social que ela mobiliza.

Sem dúvida, os efeitos do racismo estrutural incidem diretamente sobre a saúde. Seu diagnóstico é simultaneamente clínico e político: o sistema hospitalar a classifica como paciente de alto risco, categoria que frequentemente invisibiliza as causas históricas que produzem esse risco. A trajetória clínica de Aiuma permite conectar necropolítica, racismo estrutural e medicalização a partir de um corpo concretamente situado. A biomedicina despoja o corpo de seu contexto, apagando as condições sociais, materiais e raciais que o conduziram ao limite do colapso.

Nesse cenário de fragilidade fisiológica, emerge a soberania espiritual de Aiuma. Enquanto o hospital interpreta seu coração como um órgão falho, ela também aposta em um centro de poder ontológico mediado por exus e orixás, que disputam a hegemonia biomédica. Trata-se de um relato que evidencia como a ontologia da umbanda irrompe em um espaço estatal que historicamente exclui os saberes afrodescendentes.

Aiuma demonstra que mesmo um corpo marcado pelas patologias diagnosticadas e sob a intervenção do poder estatal (Farmer, 2003) pode reapropriar-se de sua vitalidade e desafiar as dimensões da necropolítica impostas sobre ela por meio de práticas espirituais insurgentes. Nesse sentido, o caso de Aiuma permite deslocar a leitura da doença de uma ótica exclusivamente clínica para uma análise do corpo como sintoma histórico de desigualdades racializadas e de formas seletivas de exposição à morte.

O itinerário de Aiuma pelos hospitais de Sergipe sugere um percurso por territórios alheios, que delineiam uma cartografia da resistência. Sua experiência permite analisar como a estrutura estatal gere os corpos negros e como, por vezes, estes constroem um regime de autoridade espiritual. O ambiente hospitalar configura-se como um território de poder no qual a biomedicina exerce uma soberania aparentemente incontestável sobre os corpos. O relato de Aiuma aponta a introdução de uma lógica ontológica externa à biomedicina, que não apenas coexiste com a prática clínica, mas a subordina a uma eficácia distinta: a das agências não humanas.

Aiuma não habita os espaços hospitalares como uma paciente vulnerável, mas a partir de um lugar de poder sustentado por seu saber ancestral. A partir dessa posição, produz uma reconfiguração das hierarquias impostas pela hegemonia biomédica. Nesse processo, enquanto os médicos tratam as afecções biológicas, ela monitora as forças invisíveis que operam nos corredores do hospital. Essa ação manifesta-se na gestão do risco vital. Para o hospital, o risco reside na possibilidade de um colapso orgânico do coração; para Aiuma, o risco consiste em um ataque metafísico perpetrado por seus adversários por meio da feitiçaria. Nessa batalha espiritual, o hospital converte-se em uma arena de confronto ontológico, na qual as dinâmicas são acionadas por práticas de feitiçaria que culminam em confrontos entre exus.

O início dessa narrativa ocorre quando Aiuma é internada no hospital devido a problemas coronários. A própria Aiuma reconhece que sua enfermidade se deve a uma condição orgânica: “Foi doença normal. Natural. (...) Estava tapada. Cateterismo, aí as veias tudo fininha, ainda estava assim,

entupida”. No entanto, o elemento central reside no que desencadeou essa situação.

Quando os adversários de Aiuma tomaram conhecimento de sua hospitalização e de sua condição de vulnerabilidade, interpretaram esse momento como a ocasião propícia para iniciar um ataque letal. Para esses agentes, a cirurgia representa o ponto de maior indefesa da líder espiritual, uma vez que o ambiente hospitalar aparenta despojá-la da proteção de seus exus e orixás. É nesse contexto que Aiuma é alvo de um ataque espiritual planejado e estrategicamente executado, como conta: “Então eles achavam que eu estava indefesa. Sim. Eles achavam que eu não tinha proteção nenhuma, eu estando lá. Entendeu? As proteções dos orixás, que eles achavam que eu não tinha. No hospital, porque eles achavam que lá eu estava frágil, indefesa, numa cama” (Aiuma, entrevista 2026)⁶.

A resposta de Aiuma marca uma ressurreição e uma insurreição ontológica: “Eles achavam isso, mas não era o que acontecia”. Essa afirmação é central porque revela que a vulnerabilidade atribuída a Aiuma pelos seus adversários não coincide com a forma como ela própria compreende sua situação. O hospital aparece simultaneamente como espaço biomédico e como território de atuação dos exus, permitindo observar empiricamente a coexistência de diferentes regimes de realidade. Alheia aos saberes biomédicos, Aiuma encontrava-se imersa em uma batalha espiritual de grande intensidade. Sua sobrevivência não se reduz a um êxito cirúrgico, mas configura também uma vitória espiritual, na narrativa de Aiuma. Seus exus (Tranca Rua das Almas, a Rainha, a Cigana, a Marabô, entre muitos outros) fortaleceram-se e a protegeram no próprio espaço onde seus adversários a julgavam desprotegida. Desse modo, o hospital não consegue neutralizar o saber ancestral; ao contrário, converte-se no lugar onde exus demonstram sua capacidade de proteção em um território adverso.

A batalha do boi e o poder ritual

Convém explicitar que a narrativa sobre a chamada batalha do boi não decorre de observação direta do pesquisador sobre os rituais atribuídos aos adversários de Aiuma, mas da reconstrução feita pela própria interlocutora ao relatar os ataques espirituais que, segundo ela, acompanharam sua internação. Assim, quando mencionamos oferendas, confrontos entre entidades e escalonamento do conflito, estamos descrevendo um mundo narrado e interpretado por Aiuma, e não afirmando acesso empírico direto às ações dos supostos adversários.

A análise que propomos incide justamente sobre essa narrativa: sobre o modo como ela organiza causalidades, hierarquias de força, relações de afeto e formas de proteção em um campo ontológico específico. O relato de Aiuma pode ser abordado como um texto cultural denso, no qual os rituais são interpretados como portadores de significados compartilhados. Essa narrativa constrói um cenário simbólico no qual entram em ação concepções locais sobre o poder, a vulnerabilidade, a eficácia ritual, ontologias diversas e as agências não humanas.

No início do discurso, os adversários de Aiuma subestimaram a eficácia das entidades que a acompanhavam e protegiam. Essa avaliação fundamenta-se em uma leitura da situação na qual Aiuma aparece como vulnerável, frágil e enfraquecida diante de uma intervenção cirúrgica. Tal percepção levou seus oponentes a calcularem que um ataque mínimo seria suficiente para derrotá-la. A

⁶ Todas as entrevistas citadas foram realizadas pelo autor no Quilombo da Mussuca entre 2022 e 2026.

decisão de enviar “uns quantos bichos” responde a essa primeira classificação simbólica do outro. A confrontação não se desenvolveu imediatamente em toda a sua potência, mas intensificou-se progressivamente, colocando à prova a resistência de Aiuma. O fracasso da primeira tentativa de eliminá-la revela que o poder não é imediatamente legível nos corpos ou nas circunstâncias, mas remete a relações invisíveis, acumuladas e encarnadas ao longo do tempo com as agências não humanas.

Diante da ineficácia do primeiro ataque, os adversários escalaram o conflito em direção a uma ofensiva de maior envergadura. É nesse ponto que, no relato de Aiuma, o sacrifício do boi adquire centralidade narrativa e simbólica. O boi representa um conjunto de valores fundamentais: força física, resistência, abundância e potência vital. Trata-se de uma oferenda de outra ordem, portadora de um significado máximo no interior do sistema ritual.

O boi ocupa, assim, um lugar singular no ritual. Nas palavras de Aiuma: “E a força... imagina a força de um boi”. Não há maiores explicações, como se a evidência fosse suficiente em si mesma. O boi apresenta-se como uma condensação máxima de energia vital: seu tamanho, seu peso e sua força falam por si. Na narrativa, o sacrifício do boi representa a jogada final dos adversários na tentativa de inclinar a balança do conflito.

Aiuma descreve cada um dos elementos ofertados: “[...] eles dando esse boi, já tinha dado cigarro, cachaça muita, cerveja, tudo, essas coisas todas. Farofa, farofa de mel, farofa de cachaça, farofa, de beber [...]”.

Essa oferenda obedece a uma lógica de alimentação e fortalecimento. Alimentar-se constitui uma metáfora direta da acumulação de potência. A força não é concebida como uma qualidade abstrata, mas como algo materialmente produzido por meio do consumo ritual. Comer configura-se como um ato de elevada carga simbólica, que conecta a materialidade do alimento à potência espiritual. Como expressa Aiuma em referência à oferenda ritual do boi: “[...] para poder ver se eles têm força. Porque quando se come tem mais força”.

Aiuma não questiona essa relação. Em seu mundo, comer e fortalecer-se são ações inseparáveis, tanto para os humanos quanto para as entidades. O sacrifício e as oferendas configuram-se como estratégias voltadas à produção de força e potência ampliadas. O animal sacrificado não apenas alimenta os exus, mas também transfere simbolicamente seu vigor, sua energia e sua capacidade de ação.

No entanto, o relato não se organiza como uma progressão linear e cumulativa em direção à vitória daqueles que mais sacrificam. O poder espiritual não opera dessa maneira. A eficácia simbólica não depende exclusivamente da quantidade do sacrifício, mas das complexas relações entre humanos e entidades, de alianças previamente estabelecidas, de legitimidades construídas e de trajetórias espirituais que não podem ser improvisadas. O relato sugere que a força ritual não pode ser ativada apenas no momento da necessidade.

Aiuma, ao contrário, representa uma forma distinta de relação com o mundo espiritual, na qual seu poder é resultado de uma história compartilhada de reconhecimento com as entidades e de aprendizagens acumuladas. Trata-se de uma relação afetiva construída ao longo dos anos: “Todos me amam (os exus), todos me respeitam e cuidam. E como cuidam de mim, hoje cuidam de mim”.

O relato permite pensar o poder ritual a partir de uma dupla acepção do afeto. Por um lado, sua força enraíza-se no afeto entendido como vínculo: os exus a amam e atuam com ela a partir de uma

relação sustentada ao longo do tempo. Por outro, Aiuma é afetada pela feitiçaria de seus adversários, isto é, permanece exposta aos ataques por estar plenamente implicada no campo de forças que descreve (Favret-Saada, 2005). Desse modo, o afeto não funciona como um refúgio frente à agressão, mas como o fundamento que torna possível, ao mesmo tempo, o poder e a possibilidade de ser afetada.

A “batalha do boi” convida a refletir sobre os modos pelos quais o poder é construído, interpretado e disputado no interior de um universo ritual complexo. A narrativa revela uma ontologia do poder na qual a força se constrói ao longo do tempo, por meio de vínculos, experiências vividas e reconhecimentos mútuos. A figura do boi sacrificado evidencia a profundidade e a complexidade do campo ritual no qual essa confrontação se desenvolve. Os adversários de Aiuma fracassaram em sua tentativa de eliminá-la não porque as oferendas carecessem de potência simbólica, mas porque sua ação se deu a partir de uma incompreensão do sistema de significados no qual opera.

O relato de Aiuma funciona como um fragmento etnográfico, como um instante efêmero, inabarcável e inacabado, que, quando analisado atentamente, permite acessar uma ontologia do poder na qual comer é fortalecer-se e sacrificar é tentar reordenar relações. Aiuma narra que seus adversários supunham que ela estava indefesa e frágil durante sua enfermidade. No entanto, em sua perspectiva, essa falta de compreensão dos opositores revela a insuficiência de sua força, exemplificada no sacrifício de um boi que acabou por alimentar as entidades dela própria, diante de uma ontologia relacional com agentes não humanos.

Nesse sentido, trata-se de como Aiuma se coloca em tal situação: longe de uma omissão em seu cotidiano clínico, ela descreve uma internação de dois meses entre os hospitais João Alves e Cirurgia. Ali, o ambiente hospitalar foi transmutado em um espaço de exercício espiritual onde ela, mesmo convalescente, atendia médicos e enfermeiros, enquanto era vigiada ininterruptamente por seus exus e amparada por seus filhos de santo, que se revezavam em turnos diários e noturnos para garantir que ela nunca estivesse só.

O hospital como espaço de abandono

A enfermidade vivida por Aiuma a levou a transitar por três hospitais, onde teve de enfrentar o abandono institucional, o esquecimento sistemático e a prolongação das horas de espera sem que lhe fosse oferecida uma resposta médica condizente com a gravidade de sua condição. Nesse cenário, torna-se visível uma forma específica de gestão estatal baseada na omissão: uma política do não fazer, ou uma gestão do deixar morrer.

A temporalidade por meio da qual o hospital administra os pacientes está longe de ser neutra. Ao contrário, constitui-se como uma tecnologia de poder que permite ao Estado decidir quem espera, quanto espera e em que condições. Esse regime temporal opera como uma ferramenta do poder hegemônico, orientada a produzir hierarquizações diferenciais do valor das vidas que circulam pelo sistema público de saúde.

A história de Aiuma transmite uma experiência de desamparo e denuncia de forma explícita o racismo estrutural que atravessa o sistema de saúde brasileiro. O tempo decorrido emerge aqui como um dado central que não pode ser negligenciado: a longa espera de uma paciente com um quadro compatível com infarto não constitui um erro técnico nem um acidente administrativo, mas uma expressão concreta da necropolítica da espera. A experiência hospitalar descrita por

Aiuma materializa a necropolítica não como abstração teórica, mas como gestão diferencial da espera, do cuidado e do risco. É precisamente nessa escala ordinária que a necropolítica se torna empiricamente apreensível.

A espera prolongada imposta a uma paciente cardíaca evidencia uma forma de soberania sustentada na negligência. O Estado não a mata ativamente, mas a expõe à morte ao privá-la do acesso oportuno aos serviços de urgência. Nesse contexto, a vida de Aiuma é reduzida ao que Agamben (2006) denomina “vida nua”: uma vida despojada de toda qualificação política, reduzida à sua mera existência biológica e situada em um limiar no qual a urgência vital deixa de ser reconhecida como tal.

É nesse vazio de poder institucional que emerge uma primeira linha de defesa não humana. Enquanto o hospital a abandonava, Aiuma afirmou: “E as proteções estavam sempre que eram mesmo, eles estavam segurando”. A espera converte-se, assim, em uma encruzilhada na qual a negligência estatal é confrontada por outro regime de cuidado e proteção. Diante da suspensão da biomedicina como garantia da vida, Aiuma mobiliza uma ordem espiritual de soberania (os exus e os orixás), ressignificando o próprio conceito de proteção.

Entre os hospitais, a proteção não foi proporcionada pelo jaleco branco nem pela tecnologia médica, mas pela presença de entidades portadoras de saberes ancestrais de cuidado e resguardo. Trata-se de uma forma de proteção espiritual que se constitui como uma soberania efetiva, que se desdobra no interior do próprio espaço biomédico, interpelando seus limites e revelando outros modos possíveis de sustentar a vida ali onde o Estado, por omissão, decidiu não o fazer.

Do boi ao bisturi: a reação das agências não humanas

A dinâmica de poder experimenta uma inversão radical quando Aiuma é transferida para o Hospital de Especialidades Cirúrgicas para sua intervenção cardíaca. Nesse espaço, Aiuma já não habita o hospital como uma vítima passiva, mas como um sujeito soberano. Apesar da gravidade de seu estado clínico, estabelece uma relação de forças que subverte a hierarquia epistemológica entre médico e paciente. Aiuma reconfigura o campo da autoridade por meio da afirmação de seus próprios saberes, crenças e formas de agência sobre o corpo e a vida.

Uma médica chegou lá tão importante, aí o (HPU) tinha dito, aqui tem uma mãe de santo também. Aí ela disse, eu tenho que chegar perto dela pra conversar com ela. E ela terminou o trabalho e foi pra lá conversar comigo. E eu nem podia falar muito, porque eu estava cortada, mas ela foi. E o pessoal foi chegar perto de mim e dizer, você tem muito poder, você tem muita força. (Aiuma, entrevista 2026).

O discurso ativa uma agência feminina que irrompe no espaço hospitalar e desestabiliza o monopólio epistemológico do saber médico. A presença de Aiuma, reconhecida inclusive pelo próprio pessoal de saúde, inaugura uma disputa de legitimidades entre o regime biomédico e os saberes espirituais. O poder e a força produzem uma contranarrativa ao poder médico, deslocando a autoridade da corporalidade para uma soberania espiritual encarnada em uma mulher negra. Essa soberania manifesta-se em três dimensões:

- A eficácia terapêutica da agência não humana: Aiuma explica sua sobrevivência não apenas pela perícia do cirurgião, mas pela vitória de uma batalha espiritual. O centro cirúrgico trans-

forma-se em um campo de disputa no qual o sangue do sacrifício espiritual entra em confronto com o sangue da cirurgia biológica.

- A inversão da autoridade: Aiuma, mesmo em convalescença, passa a exercer sua função de curadora. Relata que chegou a ser consultada por enfermeiras. Essa posição de contracolonização pelo saber ancestral em relação ao hospital evidencia que seu regime de autoridade espiritual não se extingue com a condição de paciente.
- A recusa da fragilidade: O hospital é percebido por seus adversários como uma zona de desconexão, na qual o corpo negro, fragmentado pela patologia e pela técnica cirúrgica, seria despojado de suas proteções espirituais. No entanto, a autoridade de Aiuma emana de uma soberania espiritual que seus adversários não conseguiram anular: a conexão com os agentes não humanos atuou como um escudo no interior do centro cirúrgico.

Aquilo que, em última instância, permitiu a Aiuma sair vitoriosa, superando uma sucessão de eventos e contextos, não foi apenas o êxito biomédico, mas também a demonstração de que seu poder não se encerra no leito hospitalar, subvertendo a expectativa de morte que seus adversários haviam projetado sobre ela.

CONCLUSÕES: A BATALHA FINAL PELA SOBERANIA ESPIRITUAL

Mais do que pretender universalizar a experiência aqui analisada, o caso de Aiuma oferece uma chave etnográfica para pensar como regimes biomédicos, raciais e espirituais de autoridade se entrecruzam em contextos afro-brasileiros de saúde. A experiência de Aiuma nos hospitais pode ser interpretada como a vitória de uma batalha ontológica. Nesse cenário, o centro cirúrgico funcionou como uma encruzilhada na qual colidiram com três forças: a técnica biomédica, o assédio dos adversários e a insurgência protetora dos exus. Essa batalha demonstra que, para os saberes de matriz africana, a saúde é compreendida como um equilíbrio de forças.

Esta dinâmica reflete a análise de Almeida *et al.* (2019) sobre a existência de micropoderes e microrrelações no sistema de saúde, onde o poder não é uma propriedade estática, mas uma rede composta por diferentes lutas e forças que se relacionam. Ao entender o hospital como uma instituição que exerce um poder disciplinador, a trajetória de Aiuma revela uma resistência à produção de corpos dóceis, transformando o espaço clínico em um território onde o saber e o poder de matriz africana operam de forma produtiva para garantir a integridade da vida.

A vitória de Aiuma em pleno contexto biomédico sugere uma ruptura na hegemonia do Estado. A trajetória de Aiuma sugere um processo de contracolonização do espaço hospitalar ao transformar um espaço de abandono e negligência em um território de existência. Sua sobrevivência constitui, em última instância, uma lição para a antropologia contemporânea: o saber do terreiro acompanha e orienta na fronteira entre a vida e a morte.

Concluimos que as formas de soberania espiritual mobilizadas por Aiuma, interlocutora central deste estudo de caso, não devem ser ignoradas como dimensões analíticas nos contextos biomédicos. No caso analisado, é necessário reconhecer que, no interior do hospital, se desdobram múltiplas e diversas relações ontológicas alheias ao saber hospitalar. A história de Aiuma evidencia a defesa dos saberes ancestrais diante de práticas institucionais que se orientam para a interrupção de seu pulso vital. Ignorar essas formas de soberania não implica apenas um erro analítico, mas a reprodução das mesmas lógicas de apagamento que estruturam a violência epistêmica no campo da saúde.

Agradecimentos

Este trabalho contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por meio de bolsa no âmbito do programa Professor Visitante, que viabilizou atividades de docência e pesquisa junto a comunidades quilombolas (Edital 02/2025/PPGA/UFS). Registramos nosso profundo agradecimento à Universidad Autónoma de Madrid, à Universidade Federal de Sergipe, à CAPES e à União Europeia pelo apoio institucional e financeiro concedido, sem o qual esta pesquisa seria possível. Agradecemos aos interlocutores e interlocutoras da comunidade quilombola de Mussuca, especialmente a Aiuma, pela generosidade, acolhimento, paciência e confiança durante o trabalho de campo.

Financiamento

Ayudas para la Recualificación del Sistema Universitario Español 2021-2023 da Universidad Autónoma de Madrid; CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil)

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**. El poder soberano y la nuda vida. España: Pre-Textos, 2006. 257 p.
- ALMEIDA, Claudio Bispo de; SANTOS, André Souza dos; VILELA, Alba Benemérita Alves; CASOTTI, Cezar Augusto. Reflexão sobre o controle do acesso de quilombolas à saúde pública brasileira. **Avances en Enfermería**, Colômbia, v. 37, n. 1, p. 92-103, 2019. DOI: 10.15446/AVEFERM.V37N1.69141. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/08/1011392/92reflexao-sobre-o-controledo-acesso-de-quilombolas-a-saude-pu_3qVlliM.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.
- AMARAL, Fernanda. Racialised Regimes of Remembrance: The Politics of Trivialising and Forgetting the Murders of Black Children in Brazil. **Memory Studies**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 481-497, 2022. DOI: doi.org/10.1177/17506980221122154. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/17506980221122154>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- BARROS, João Paulo Pereira; ALENCAR, Filipe Augusto Barbosa; SILVA, Dagualberto Barboza da. Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. **Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 23-36, 2021. DOI: 10.36517/revpsiu-fc.12.1.2021.2. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/44561>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- BENICIO, Luis Fernando de Souza; BARROS, João Paulo Pereira; RODRIGUES, Jéssica Silva; SILVA, Dagualberto Barboza da; LEONARDO, Camila dos Santos; COSTA, Aldemar Ferreira da. Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, Distrito Federal, v. 38, n. 2, p. 192-207, 2018. DOI: 10.1590/1982-3703000212908. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FKRDccYDHRm-gZGWPjvPfFzd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. San Pablo, Brasil: Companhia das Letras. 2022a. 148 p.
- BENTO, Katucha. The Hysteria of a Little Flu: Effects of COVID19 on HEIS in Brazil. **Higher Education**, Dordrecht, Holanda, 2022b. DOI: 10.1007/s10734-022-00887-9. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10734-022-00887-9>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- BLASER, Mario. Uma outra cosmopolítica é possível? **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 14-42, 2018. DOI: 10.52426/rau.v10i2.243. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/243>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- BOMFIM, Wellington de Jesus. **Identidade, memória e narrativas na Dança de São Gonçalo do povoado Mussuca (SE)**. 1ª. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. v. 60. 264 p.
- CAMELO, Lidyane V.; COELHO, Carolina Gomes; CHOR, Dóra; GRIEP, Rosane Harter; ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas de; GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi Maria. Racismo e iniquidade racial na autoavaliação de saúde ruim: O papel da mobilidade social intergeracional no estudo longitudinal de saúde do adulto (Elsa-Brasil). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, e00341920, 2022. DOI: 10.1590/0102-311x000341920. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8035/19051>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- CAVAGNOLI, Karen Cristina; FERREIRA, Patrícia Trápaga; PACHECO, Amanda Pasti; GUEDES, Anderson; MELO, Gabriele; ARAGÃO, Cristal Moniz. A pandemia de Covid-19 e a crise na saúde no Rio de Janeiro: Discutindo biopolítica e precariza-

ção. **Psicologia Política**, Manaus, Amazonas, v. 21, n. 51, p. 449-462, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a11.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

CAZEIRO, Felipe; SILVA, Geórgia Sibebe Nogueira da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de. Necropolítica no campo do HIV: Algumas reflexões a partir do estigma da aids. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 26, 3, 5361-70, 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212611.3.00672020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WgVQktqZ8VtzLxk4Vx-f3wPt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2026.

CONSTANTE, Helena Mendes; MARINHO, Gerson Luiz; BASTOS, João Luiz. The door is open, but not everyone may enter: racial inequities in healthcare access across three Brazilian surveys. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 9, p. 3981-3990, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021269.47412020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XDznRLq5hh8VNXmPrX4Y57r/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 28 jun. 2026.

COSTA, Jaqueline Sérgio da; SILVA, Johnny Clayton Fonseca da; BRANDÃO, Eric Scapim Cunha; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Covid-19 no sistema prisional brasileiro: Da indiferença como política à política de morte. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 32, e020013, 2020. DOI: 10.1590/1807-0310/2020v32240218. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Jrx9BspBkMmvfLbTTLJLk9D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2026.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO – CPISP. **Mussuca**. Disponível em <https://cpisp.org.br/mussuca/>. Acesso em: 06 abr. 2026.

FARMER, Paul. **Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor**. Estados Unidos: University of California Press, 2003. 402 p.

FASSIN, Didier. Entre las políticas de lo viviente y las políticas de la vida. Hacia una antropología de la salud. **Revista Colombiana de Antropología**, [S. l.], v. 40, p. 283-318, 2005. DOI: 10.22380/2539472X.1226. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/1226>. Acesso em: 28 jun. 2026.

FASSIN, Didier. El sentido de la salud: antropología de las políticas de la vida. **Revista de la Escuela de Antropología**, [S. l.], n. XXIX, 2021. DOI: 10.35305/revistadeantropologia.v0iXXIX.149. Disponível em: <https://revistadeantropologia.unr.edu.ar/index.php/revistadeantropologia/article/view/fassin>. Acesso em: 28 jun. 2026.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. DOI: [10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161). Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 28 jun. 2026.

FERREIRA, Ricardo Bruno Santos; CAMARGO, Climene Laura de; SOUSA, Anderson Reis de; WHITAKER, Maria Carolina Ortiz. Morbimortalidade de gestantes pela COVID-19 e os atravessamentos da raça/cor: uma análise interseccional. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Niterói, Rio de Janeiro, v. 21, n. Supl 2, 2022. DOI: [10.17665/1676-4285.20226553](https://doi.org/10.17665/1676-4285.20226553). Disponível em: <https://objnursing.uff.br/nursing/article/view/6553>. Acesso em: 28 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. **La vida de los hombres infames**. La Plata, editorial Altamira, 1996. 224 p.

GILLAM, Cintia; CHARLES, Anthony. Community Wellbeing: The Impacts of Inequality, Racism and Environment on a Brazilian Coastal Slum. **World Development Perspectives**, v. 13, p. 18-24, 2019. DOI: 10.1016/j.wdp.2019.02.006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2452292917300620/pdf?md5=2d-642337d1c76d670203038d5f4d92d2&pid=1-s2.0-S2452292917300620-main.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

GOLDMAN, Marcio. Cosmopolíticas, etno-ontologías y otras epistemologías: la antropología como teoría etnográfica. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 44, p. 27-35, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org.ar/pdf/cas/n44/n44a02.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, Lisboa, Portugal, v. 10, n. 1, p. 161-173, 2006. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a08.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

HIRSCH, Fábio Perianandro de Almeida; HIRSCH, Carla Conchita Pacheco Bouças; MONTEIRO, Maria Carolina Barroso Bastos. Políticas públicas versus racismo estrutural e necropolítica no Brasil. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 13, n. 03, p. 1-17, 2021. DOI: 10.32361/2021130311663. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11663>. Acesso em: 28 jun. 2026.

LESSA, Millani Souza de Almeida; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; SOARES, Ieda Jesus; RODRIGUES, Quessia Paz; SANTOS, Carlos Antônio de Souza Teles; NUNES, Isa Maria. Pré-natal da mulher brasileira: Desigualdades raciais e suas implicações para o cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3881-3890, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222710.01282022. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/prenatal-da-mulher-brasileira-desigualdades-raciais-e-suas-implicacoes-para-o-cuidado/18375?id=18375>. Acesso em: 28 jun. 2026.

LÓPEZ, Laura Cecilia. Reflexões sobre o conceito de racismo institucional. In: JARDIM, Denise Fagundes; LÓPEZ, Laura Cecilia. (Orgs.), **Políticas da diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. p. 73-90.

MARCON, Frank. Apresentação. **Ambivalências**, São Cristóvão, Sergipe, v. 4, n. 7, p. 5-9, 2016. DOI: 10.21665/2318-3888.v4n7p05-09. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/Ambivalencias/article/view/5538>. Acesso em: 28 jun. 2026.

MARCON, Frank; PASSOS SOBRINHO, Josué. (Orgs.). **Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2010. 178 p.

MARCON, Frank; SOGBOSSI, Hippolyte Brice. (Orgs.). **Estudos africanos, história e cultura afro-brasileira: olhares sobre a Lei 10.639/03**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2007. 107p.

MARTINS, Cynthia Carvalho; MOMBELLI, Raquel; ALVES, Tacilvan Silva. Os atos de estado como ausência os territórios quilombolas em análise. **Contra Corrente**, Manaus, Amazonas, v. 1 n. 23, 2024. DOI: 10.59666/cc-ppgich.v1i23.4727. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/download/4727/2443>. Acesso em: 28 jun. 2026.

MORAES, Oriel Rodrigues de. Resistência à escravização e reconquista da liberdade: Ser quilombola na diáspora africana. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESCHI, Losandro Antonio. (Eds.) **Ensaio sobre racismos: pensamento de fronteira**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2019. p. 116-125.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistencia ao escravismo**. San Pablo, Brasil: Expressão Popular, 2020. 109 p.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto**. España: Ed. Melusina. 2011. 112 p.

NEVES, Paulo S. da Costa; BARRETO, Paula Cristina. Novas configurações e debates sobre as ações afirmativas em um contexto de mudanças: uma introdução. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS, [S. l.]**, v. 10, n. 26, p. 5-16, 2023. DOI: 10.20336/rbs.918. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/918>. Acesso em: 28 jun. 2026.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. Introdução: direitos dos quilombos e deveres de Estado. In: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. (Org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016. p. 9-26.

OLIVEIRA, Roberta Gondim de; CUNHA, Ana Paula da; GADELHA, Ana Giselle dos Santos; CARPIO, Christiane Goulart; OLIVEIRA, Rachel Barros de; CORRÊA, Roseane Maria. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a Covid-19 e o racismo estrutural. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, e00150120, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00150120. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2020.v36n9/e00150120/pt>. Acesso em: 28 jun. 2026.

PEREIRA, Marina Uchoa Lopes; GASPAR, Renato Simões. Socioeconomic Factors Associated with Reports of Domestic Violence in Large Brazilian Cities. **Frontiers in Public Health, [S. l.]**, v. 0, art. 623185, 2021.

PRADO, Guilherme Augusto Souza; JUSTO, José Sterza. O coronavírus como analisador das práticas de poder na atualidade. **Psicologia Política**, Manaus, Amazonas, v. 21, n. 51, p. 340-359. 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a04.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

REBOUÇAS, Poliana; GOES, Emanuelle; PESCARINI, Julia; RAMOS, Dandara; ICHIHARA, Maria Yury; SENA, Samila; VEIGA, Rafael, RODRIGUES, Laura C; BARRETO, Maurício; PAIXÃO, Enny S. Ethnoracial Inequalities and Child Mortality in Brazil: A Nationwide Longitudinal Study of 19 Million Newborn Babies. **Lancet Glob Health, [S. l.]**, v. 10, e1453-62, 2022. DOI: 10.1016/S2214-109X(22)00333-3. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2822%2900333-3>. Acesso em: 28 jun. 2026.

RIBEIRO, Dillyane de Sousa. Rebelião das mães. Ética do cuidado em coletivo face à necropolítica no encarceramento de adolescentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 255-274, 2020. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2020.36.11.a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872020000300255. Acesso em: 28 jun. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. Brasil: Companhia das Letras, 2019. 69 p.

RODRÍGUEZ MIR, Javier. Procesos históricos de reconfiguración identitaria de las comunidades quilombolas en Brasil. In: GONZÁLEZ, Alfredo José Martínez. (Coord.). **Memoria y resistencia social, en Etnicidad, identidad y ciudadanía**. Las sociedades de ayer y hoy. Madrid: Dykinson, 2022. p. 157-177.

ROMERO, Dalia Elena; MAIA, Leo; MUZY, Jessica. Tendência e desigualdade na completude da informação sobre raça/cor dos óbitos de idosos no sistema de informações sobre mortalidade no Brasil, entre 2000 e 2015. DOI: 10.1590/0102-311X00223218. **Cad. Saúde Pública**, [S. l.], v. 35, n. 12, e00223218, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00223218. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7027/15309>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SANTOS, Deyse Mirelle Souza; PRADO, Beatriz Santana; OLIVEIRA, Cristiane Costa da Cunha; ALMEIDA-SANTOS, Marcos Antonio. Prevalência da hipertensão arterial sistêmica em comunidades quilombolas do Estado de Sergipe, Brasil. **Arq Bras Cardiol.**, São Paulo, v. 113, n. 3, p. 383-990, 2019. DOI: 10.5935/abc.20190143. Disponível em: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-S0066-782X2019000900383/0066-782X-abc-S0066-782X-2019000900383-pt.x98474.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.

SANTOS, Hebert Luan Pereira Campos dos; MACIEL, Fernanda Beatriz Melo; SANTOS, Kênia Rocha; CONCEIÇÃO, Cídia Dayara Vieira Silva da; OLIVEIRA, Rian Silva de; SILVA, Natiene Ramos Ferreira; PRADO, Nília Maria de Brito Lima.

Necropolitics and the impact of COVID-19 on the Black community in Brazil: a literature review and a document analysis. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. Supl 2, p. 4211-4224, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202510.2.25482020. <https://www.scielo.br/j/csc/a/5FLQN6ZV5yYPKv6bv4fTbVm/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 28 jun. 2026.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais: uma análise simbólica. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 67, p. 150-175, 2005. DOI: [10.11606/issn.2316-9036.v0i67p150-175](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i67p150-175). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/13461>. Acesso em: 28 jun. 2026.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, Brasil, n. 69, p. 442-464, 2018. DOI: [10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464](https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464). Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/145663>. Acesso em: 28 jun. 2026.

Abstract Key-Words

Innovation strategies of institutional agents in the context of the mid-2010s economic crisis in Brazil

Abstract

This article analyzes the innovation strategies of institutional actors in response to Brazil's economic crisis within the context of shifts in the international techno-economic paradigm. These strategies consist of ideas and expectations that guide alliances and intentional actions aimed at combining diverse resources to foster innovation. We empirically examined the responses of institutional actors to changes in Brazil's national innovation system brought about by the economic crisis of the 2010s. We used information from databases and the organizations themselves to analyze the performance of the country's innovation activities and capabilities. We also conducted semi-structured interviews with leaders from ten relevant national organizations (academic, governmental, and business) to understand innovation strategies. Three distinct strategies were identified: adapting to new foreign technologies to leverage comparative advantages, controlling the science and technology agenda to promote social justice in the face of technological contradictions, and expanding linkages to generate innovations within the country by emphasizing productive strengths.

Keywords: innovation strategies of institutional agents; economic crisis; national innovation system; global technological transitions; Brazil.

Resumen Palabras Clave

Estrategias de innovación de los agentes institucionales en el contexto de la crisis económica de mediados de la década de 2010 en Brasil

Resumen

Este artículo analiza las estrategias de innovación de los agentes institucionales ante la crisis económica en Brasil en el contexto de la transformación del paradigma tecnoeconómico internacional. Dichas estrategias son ideas y expectativas que orientan las alianzas y acciones deliberadas para combinar diversos recursos en favor de la innovación. Desde un punto de vista empírico, se han examinado las respuestas de dichos agentes a los cambios provocados por la crisis económica de la década de 2010 en el sistema nacional de innovación brasileño. Para ello, se ha utilizado información procedente de bases de datos y de las propias organizaciones para analizar el rendimiento de las actividades y capacidades de innovación del país, así como entrevistas semiestructuradas con líderes de diez organizaciones nacionales relevantes (académicas, gubernamentales y empresariales) para comprender dichas estrategias. Se identificaron tres estrategias diferentes: adaptación del país a las nuevas tecnologías extranjeras para aprovechar las ventajas comparativas, control de la agenda de ciencia y tecnología para promover la justicia social ante las contradicciones tecnológicas y ampliación de vínculos para generar innovaciones en el país, acentuando las vocaciones productivas.

Palabras clave: estrategias de innovación de los agentes institucionales; crisis económica; sistema nacional de innovación; transiciones tecnológicas globales; Brasil.

Histórico

Recebido: Abril/26

Primeiro Parecer: Maio/26

Segundo Parecer: Maio/26

Aceito: Junho/26

Revisão Gramatical/Ortográfica e ABNT: Junho/26

Revisado Autor: Julho/26

Publicado: Agosto/26

Equipe Editorial Revista TOMO envolvida no processo editorial deste artigo

Marina de Souza Sartore (Editora-chefe)

Contato: revistatomo@gmail.com